

'É uma monstruosidade'

PROJETO POLÊMICO

Ação ajuizada na Justiça Federal lista riscos para água, ar e pico tombado e pede a suspensão de licença para mina no cartão-postal. "Uma monstruosidade", diz prefeito

PBH e va pressão contra complexo na Serra do Curral

Classificada ontem pelo prefeito da capital mineira, Fuad Noman, como uma "monstruosidade que está querendo fazer na Serra do Curral, um patrimônio de Belo Horizonte", a licença dada pelo governo estadual a um empreendimento minero na Serra do Curral é alvo de ação ajuizada ontem pela administração municipal. Em 31 páginas, a Procuradoria-Geral do Município cita possíveis impactos do complexo sobre a população de BH, incluindo riscos à qualidade do ar e ano abastecimento de água. (Confira quadro)

Ajuizada na Justiça Federal, a ação solicita a suspensão da licença concedida à Taquari Mineração SA (Tamisa). Em vídeo publicado no Instagram, o prefeito reforçou: "Ela (a serra) não pode ser destruída para atender aos interesses econômicos, prejudicando a saúde, água e beleza de Belo Horizonte. Vou lutar com todas as armas para defender a cidade".

Além do medo de prejuízos à água e ao ar que chegam à cidade, há temor por descaracterização do Pico Belo Horizonte, um dos cartões-postais da capital. O pico está, inclusive, no brasão belo-horizontino. No dossiê entregue ao Judiciário, a prefeitura aponta a possibilidade de erosões na formação rochosa. "Belo Horizonte não quer correr o risco de que uma decisão precipitada do estado sem ouvir a cidade, faça com que a capital de Minas tenha que trocar de nome, mudar de bandeira", diz, em entrevista exclusiva ao Estado de Minas, o subprocurador-geral do município, Caio Perona, que assina a ação. A equipe do prefeito Fuad Noman (PSD) alega, ainda, não ter tido voz durante a análise conduzida pelo Conselho Estadual de Polí-

tica Ambiental (Copam). "O órgão ambiental estadual não analisou a questão com foco nos impactos em BH", aponta Perona.

Segundo ele, a gestão municipal tentou acionar o governo estadual para, assim como Nova Lima, precisar dar aval à continuidade do processo de licenciamento. Agora, a Procuradoria do município espera o mais rapidamente possível, a concessão de liminar para anular a autorização concedida à Tamisa.

Temos o receio de que, assim que publicada a licença no Minas Gerais, diário oficial do estado, as atividades de mineração comecem. E, uma vez iniciadas, se houver danos, eles podem ser irreversíveis."

Estado da PBH citado na ação aponta que, na área de desejo da Tamisa está a adutora do Taquari, responsável por transportar 70% da água tratada utilizada pelos belo-horizontinos. "O empreendimento sujeitaria a referida adutora a riscos de recalques provocados por movimentações do solo em decorrência de detonações ou de rebaxamento de lençol freático, le-se em trecho da ação.

O Poder Executivo da capital mineira enviou à Justiça uma série de mapas que mostram as regiões da cidade atingidas diretamente por poeira, ruídos e vibrações causadas pela eventual exploração da Tamisa. A companhia planeja utilizar explosivos para viabilizar a retirada de minério. Um dos agravantes citados pela prefeitura é a proximidade entre a Serra do Curral e o Hospital da Baleia. O Parque das Mangabeiras também pode ser afetado.

O desejo da Tamisa é minerar uma área equivalente a 1,2 mil campos de futebol. O objetivo é a exploração da região da Fazenda Ana da Cruz, no limite entre Nova



Vista da capital a partir do Pico Belo Horizonte, um dos cartões-postais do município: prefeitura teme desmoronamento

OS SEIS TEMORES DA PREFEITURA DE BH

- 1 Risco geológico de erosão do Pico Belo Horizonte, tombado nos estados municipal e federal
2 Risco à segurança hídrica por causa da interferência na adutora do Taquari - responsável, segundo a prefeitura, por transportar 70% da água tratada usada em BH
3 Risco à população por causa dos ruídos
4 Risco à população pela queda da qualidade do ar por causa da poeira mineral
5 Risco de violação do sossego
6 Risco ao meio ambiente - especialmente ao Parque das Mangabeiras



Lima e a capital. O terreno está próximo ao Pico Belo Horizonte, ponto mais alto da serra. O processo tem duas etapas: na primeira, espera-se extrair 31 milhões de toneladas de minério de ferro ao longo de 13 anos. Já a segunda fase consistirá na lavra de 5 milhões de toneladas de ilmenita. O frível rio, com dois anos de implantação e nove de operação.

No domingo, a companhia se defendeu das críticas de ambientalistas ao projeto. A Tamisa considera que a opinião de um grupo organizado com interesses pessoais e políticos, que vem divulgando informações distorcidas sobre o projeto, não deve inviabilizar um empreendimento regular, em conformidade com a legislação que beneficia toda a sociedade."

Ambientalistas rebatem Fiemg

BERNARDO ESTILAC E MATIAS PARRIBAS

As declarações do presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Flávio Roscoe, relacionando as críticas à mineração na Serra do Curral a motivações políticas e a fake news repercutiram mal entre parlamentares e ambientalistas. Ontem, o dirigente convocou entrevista para defender o licenciamento concedido pelo governo estadual à Taquari Mineração SA (Tamisa) e chamou de "tumulto ambiental" as reações contrárias ao empreendimento.

"Não sou filiado a nenhum partido político, tenho minhas posições, que são principalmente em defesa da sustentabilidade ambiental e da justiça social (...). Essa retórica (de Roscoe) é vaga e já é conhecida pela sociedade. Uma ampla gama de setores da sociedade civil não vai suportar mais o avanço do poder público em detrimento do interesse público", afirmou o sociólogo e conselheiro do Parque Florestal Estadual da Baleia, Flávio Torre, que se opõe ao projeto. Integrante do movimento Tere PE da Minilha Serra, a artista Jeanine Oliveira, afirmou: "Quando ele diz isso, deve estar falando do governador do estado (fomeu Zema) para se reeleger. Pauta política diz muito mais sobre eles do que contra nós, mas estamos em uma democracia, temos que saber criticar e ouvir."

A concessão foi decidida pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) na madrugada de 30 de abril. Desdentado, uma forte reação de ambientalistas foi desencadeada. Roscoe tentou minimizar a questão. "Dizem, agora, nas redes sociais, que o processo de mineração na Serra do Curral

da Tamisa foi aprovado na calada da madrugada, mas não foi assim. Mais de 100 pessoas se inscreveram e falaram, muitas para protestar e tentar que se suspendesse a sessão. Não foi um ato excessivo."

Para o arquiteto e professor da UFMG Roberto Andrés, no entanto, a votação por volta das 3h chama a atenção para uma "obsessão" que precisa ser explicada. "Por que ir contra a posição pública? (...) A política vem deles, são eles que estão tentando defender a todo custo um empreendimento com uma série de problemas claros", completou.

A pesar da presença de cactos ameaçados de extinção e grutas com fauna ainda em estudos na área de influência das cavas projetadas pela Tamisa como mostrou a reportagem do Estado de Minas, Roscoe afirmou que os impactos seriam mínimos e compensados. Jeanine Oliveira, entretanto, lembra que "a mancha de interferência biótica vem até a Praça Floriano Peixoto (Baixo Santa Efigênia, Leste de BH)", citando o estudo de impacto da Tamisa.

Roscoe disse ainda que a mineração na serra geraria 2 mil empregos com mão de obra local e R\$ 4 bilhões em impostos em 10 anos. Professor da UFMG, Roberto Andrés rebatue: "É uma falácia, a mineração gera pouquíssimos empregos, a indústria extrativista representa 8% do PIB (Produto Interno Bruto) e 0,5% da geração de empregos no país. Além disso, é pouco taxada, com pouco retorno direto para a população local". As reações também foram ouvidas na Câmara Municipal, Bella Gonçalves (Psol), vereadora de Belo Horizonte, chamou de "leviana" a posição expressada pela Fiemg e destacou risco de desabastecimento do Pico Belo Horizonte.

EDSON FERREIRA/DA PRESS - 05/05/2022



O presidente da Federação das Indústrias, Flávio Roscoe, classificou as reações contrárias à mineração como "tumulto ambiental"

Na Assembleia Legislativa, deputados articularam uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as circunstâncias do processo que culminou na licença dada à mineradora. Até o início da noite de ontem, já haviam sido colhidas 19 das 26 assinaturas necessárias para instaurar o comitê.

André Quintão (PT), um dos signatários do pedido de CPI, crê que o presidente da Fiemg trafega "na contramão" do pensamento majoritário no estado. "Ao que me consta, o Ministério Público, juristas, conselhos e entidades da sociedade civil não disputam cargos eletivos neste ano. O problema é que, em Minas, alguns setores econômicos querem impor seus interesses, sem um debate".

Integrantes da Comissão de Minas e Energia convocaram a secretaria de Meio Ambiente e presidente do Copam, Marília Melo, para explicar a concessão. (Com GP)

OPINIÃO DO EM

O erro da Fiemg

O presidente da Fiemg, Flávio Roscoe, convocou a imprensa ontem com dois objetivos. O primeiro deles, legítimo, como um dos representantes do setor produtivo do estado, foi o de defender a realização do empreendimento. O outro, equivocados, foi a acusação de que os protestos contra a atividade mineradora na Serra do Curral têm relação com "candidatos e grupos" por estarmos em um ano de

eleições. A preservação de um dos símbolos de Minas Gerais é um tema que mobiliza toda a população, não apenas políticos ou ambientalistas. Reduzir a um interesse eleitoral a reação forte e meditada da comunidade é um erro. Preservar o que ainda pode ser preservado em nosso estado não é uma questão de votos: é uma questão de respeito ao que sobrou de um de nossos patrimônios ambientais.

TRÊS PERGUNTAS PARA...

CAIO PERONA, SUBPROCURADOR-GERAL DE BELO HORIZONTE

1 O que leva a Procuradoria a acreditar que o suspensão da licença será determinada pela Justiça?

A Serra do Curral é muito importante para Belo Horizonte. O nome Belo Horizonte está intrinsecamente relacionado à vista da Serra do Curral; a bandeira da cidade tem a Serra do Curral exposta. Esperamos que a Justiça se sensibilize com os impactos que a mineração pode causar a BH sem que o município tenha sido ouvido. O estado de Minas Gerais editou um decreto que restringe a legislação federal que obriga a participação dos municípios afetados por empreendimentos do tipo. A legislação estadual não pode, segundo o Supremo Tribunal Federal (STF), restringir uma legislação federal mais protetiva ao meio ambiente. Esse decreto é inconstitucional. Pedimos à Justiça Federal que esse decreto seja declarado inconstitucional. A consequência: Belo Horizonte deve participar do processo de licenciamento porque os impactos ambientais do empreendimento minero não respeitam a linha imaginária criada pelo homem, dos limites entre BH e Nova Lima. Temos incertezas sobre os níveis em que esses impactos ambientais - relacionados a ruídos, poeira, vibração, fauna, flora, segurança hídrica - atingirão Belo Horizonte. O órgão ambiental estadual não analisou a questão com foco nos impactos em BH. E se focou, só quem pode dar a palavra é a prefeitura. Temos muita preocupação com o Pico Belo Horizonte. O órgão ambiental não analisou, com a profundidade necessária, os riscos geológicos ao pico. BH não quer correr o risco de que uma decisão precipitada do estado sem ouvir a cidade, faça com que a capital de Minas tenha que trocar de nome e mudar de bandeira.

2 Na ação, a prefeitura lista seis possibilidades de danos, com riscos à água, ao ar, ao solo, à fauna e à flora. O que desperta mais temor?

O conjunto de danos. No direito ambiental existe o princípio da precaução: quando se tem incerteza científica, não podemos apostar no dano - pois o dano é irreversível. Caso qualquer um daqueles danos expostos pela Procuradoria se concretize, será muito sério. Não é preciso que os seis se concretizem. O governo do estado, na decisão do Copam, não deu segurança de que aqueles danos não ocorrerão em Belo Horizonte - justamente porque não tiveram foco no município e excluiram a participação da cidade no procedimento (de obtenção da licença).

3 A Prefeitura de BH em nenhum momento foi procurada para participar do licenciamento?

Oficiamos o governo do estado, em mais de uma oportunidade, solicitando que, assim como Nova Lima, a Prefeitura de Belo Horizonte tivesse que dar uma carta de amicus após analisar o empreendimento em todas as factas que pudessem afetar a população da cidade. Pela importância do assunto para BH, acreditamos que a Justiça terá a sensibilidade de decidir a questão com a urgência que o tema merece. Temos o receio de que, assim que publicada a licença no Minas Gerais, diário oficial do estado, as atividades de mineração comecem. E, uma vez iniciadas, se houver danos eles podem ser irreversíveis.

PROJETO POLÊMICO

A 350m do local destinado à cava da Tamisa, na Serra do Curral, outra empresa explora mina recém-licenciada cercada de riquezas raras. "Para mim, um crime", critica ambientalista

Área vizinha à da "mineração da discórdia" já é escavada

MATEUS PARRERAS

Enquanto ambientalistas, entidades produtivas e o poder público se dividem entre o apoio ao novo projeto de mineração na Serra do Curral e recursos na Justiça para barrar o empreendimento, impactos semelhantes aos que ambientalistas afirmam que a implantação do Complexo Minerário Serra do Taquaril (CMST) são capazes de gerar já podem estar ocorrendo bem ao lado. A poucos metros da Tamisa, a empresa que conseguiu o sinal verde do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) para mineração na Serra de Nova Lima localizada na serra – um dos símbolos de Belo Horizonte –, uma outra mineradora já recebeu a liberação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Semad), em março de 2021, e neste ano movimentou caminhões carregados de minério e revolve as montanhas com escavadeiras. Ainda que em área muito menor, a Gute Sicht Mineração dá amostras de por que se temem tanto os impactos ao meio ambiente na cadeia montanhosa.

Apesar da proximidade com cavidades rochosas de máxima relevância, recursos hídricos, fauna e flora ameaçadas, a Gute Sicht (nome em alemão que significa Boa Vista) declara que tem estudos de impacto e segue rigorosos métodos de atuação, frisando que dispõe de todas as licenças legais necessárias para exercer a atividade.

A empresa precisou passar por um processo de regularização e celebrou, com a Superintendência Regional de Meio Ambiente Central e Metropolitana (Supram CM), em 11 de maio de 2021, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que lhe permite minerar nos contrafortes da Serra do Curral, na área da Serra do Taquaril, entre Belo Horizonte e Sabará. Sem alarde, minera em condições naturais tão delicadas quanto a Tamisa, ainda que em uma escala muito inferior, mas que põe em perspectiva a capacidade destrutiva



Área explorada pela Mineradora Gute Sicht – nome que significa Boa Vista – na Serra do Curral, na face de Sabará, perto de Belo Horizonte

sobre a Serra do Curral. A área do empreendimento, chamada Mina Boa Vista, fica a 350 metros de uma das cavas que a Tamisa quer abrir, na face nova-limense da cadeia montanhosa, do outro lado da crista da serra. Contudo, se a Tamisa está a 250 metros de uma caverna de máxima relevância espeleológica para o conjunto da serra, a discreta mineradora de nome alemão está a apenas 50 metros.

O projeto da Tamisa em área de 1.250 hectares (cada medida dessas equivale a cerca da área de um campo de futebol) engloba 49 cavernas, sendo que além dessa de máxima relevância há outras nove de alta relevância, que demandam compensações em caso de impactos ou supressão. Uma está a 300 metros da Mina Boa Vista que tem área de cinco hectares.

As cavernas de máxima relevância nem podem ser sujeita-

das a impactos diretos e indiretos. Se a Tamisa está a 250 metros, essa está a menos de 100 metros. Isso, para mim, é um crime. E o estranho é que se sabe que essa caverna tem máxima relevância desde 2017 e 2018 e essa mineração de pequeno porte está quase por destruir a gruta. Como conseguiram licença para isso? Isso tem ocorrido também no Gandarela, onde as grandes mineradoras saem ilhas quando criam empresas menores para causar impactos", disse o professor de química, pesquisador em espeleologia e ambientalista Luciano Faria.

Na caverna de máxima relevância ele relata que se estuda um opilião (um aracnídeo, como as aranhas) que apresenta características troglomórficas (pode ter se adaptado ao ambiente de cavernas) e ainda não foi descrito. O animal é muito

pequeno, tem apenas dois milímetros de comprimento. "Mesmo pequenas modificações no ambiente da caverna, como a poeira gerada pela mineração, já poderiam comprometer totalmente a vida desse animal na gruta", observa Faria.

Nas áreas onde a Tamisa pretende instalar cavas, que são as aberturas na terra para extrair minério, as pilhas de rejeitos, estradas, terminais de processamento e demais estruturas, a reportagem encontrou exemplares do cacto *Arthrocerus glaziovii*, que está ameaçado de extinção e é endêmico da canga do Quadrilátero Ferrífero, ou seja, só existe no substrato do solo alto dessas áreas ricas em minério de ferro de Minas Gerais.

Boa parte dos 42 hectares que a Tamisa pretende minerar na primeira fase de implantação do projeto na Serra do Curral e

na segunda fase, de 53 hectares, perpassa rochas onde esses cactos desmontam e área de cobertura pela mata atlântica, que só pode ser desmatada com licenças especiais.

CACTO RARO No fim das escavações feitas pela Gute Sicht Mineração, na face de Sabará da serra, as rochas que não foram desmanchadas pelas escavadeiras também exibem o pequeno exemplar de cacto raro, com não mais de 12 centímetros de altura e uma floração também rara de se testemunhar. Abaixo, nascentes de água fluem para o Rio das Velhas tendo suas áreas de recarga em espaços onde podem ocorrer impactos diretos ou indiretos com toda a atividade pesada das minas.

Por meio de nota, a Gute Sicht afirmou que tem autorização

dos órgãos responsáveis para seu pleno funcionamento mediante documentação e estudos ambientais apresentados ao governo do estado. "Além de passar por rigoroso plano de controle ambiental, foi feito um amplo estudo denominado EIA-RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e seu consequente Relatório de Impacto Ambiental). Portanto, a empresa não está localizada em nenhuma área que impacte na flora, fauna e cursos d'água da região. Reafirmamos que nosso empreendimento está inteiramente de acordo com as leis e normas vigentes e nossa atividade está em conformidade com as exigências necessárias."

A Semad também foi procurada para falar sobre o TAC e a situação atual da mineradora e disse que deverá se



Raríssimo, o cacto *Arthrocerus glaziovii* foi avistado pela reportagem à beira da escavação, margeada também por flores silvestres

ARTISTAS E ESCRITORES ENTRAM NA LUTA PELO TOMBAMENTO

SIVIA PIRES

Mais de 200 artistas e escritores brasileiros assinaram um manifesto contra o projeto de mineração na Serra do Curral, aprovado na madrugada de sábado.

Entre os nomes estão artistas de peso, como Chico Buarque, Caetano Veloso e Milton Nascimento. O documento deve ser entregue amanhã ao governador do estado, Romeu Zema.

Na carta, os artistas pedem

a suspensão da licença concedida pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) e que seja dada prioridade ao processo de tombamento pelo Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha).

Segundo a documentarista e diretora artística Luciana Sérulo, coordenadora do movimento, a iniciativa busca atrair visibilidade para a causa. "Minha meta inicial era conseguir 50 nomes representativos nacionais.

Já temos mais de 100. Estamos planejando uma série de ações para movimentar a sociedade. Queremos chamar bastante a atenção", complementa.

Com família em Belo Horizonte, ela revela ter ficado choca-

da com a autorização dada à mineradora Tamisa. "Essa decisão vai na direção contrária do processo de tombamento, existem muitas irregularidades. Não precisa ser denunciado. Isso temos que fazer barulho", afirma.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Gerais **Página:** 12 e 13